

Artigos

1. **A lei mineira de arbitragem como declaração de vontade de poder público em indicar o método de resolução de conflitos em um contrato**
Giovani dos Santos Ravagnani 23
2. **Rent-Seeking e despesa pública: até quando perdurará a invisibilidade jurídica?**
Eduardo Cândia 53
3. **Bem-estar, dor e sofrimento dos animais não humanos: estudo sob a ótica do direito ambiental**
Flávia Pequeno de Vasconcelos, Maria do Socorro da Silva Menezes, Luciana Vilar de Assis 93
4. **Breves considerações sobre o negócio jurídico diante dos novos desafios da pós-modernidade**
Fabio Fernandes Neves Benfatti 121
5. **Mero aborrecimento ou dano moral mínimo? Da definição do dano imaterial**
Edilton Meireles 131
6. **Métodos alternativos de solução de conflitos no direito de família**
Clift Russo Esperandio, Gustavo Filipe Barbosa Garcia 161
7. **Termo de consentimento livre e esclarecido como mecanismo de afastamento do erro nos negócios biojurídicos**
Juliana Carvalho Pavão, Rita de Cássia Resquetti Tarifa Espolador 189
8. **Direitos sociais, dignidade humana e proporcionalidade: notas em torno da discussão sobre o conflito entre liberdade religiosa e políticas públicas**
Elisângela Padilha, João Victor Nardo Andreassa 207
9. **Os impactos da pejotização fraudulenta e do trabalho intermitente na vida do trabalhador e nos cofres da previdência social**
Camila Fernanda Rocha dos Santos, Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas 233
10. **O estado de suspeição racial permanente e o sucesso das prisões negras**
Fernando Nascimento dos Santos 259

11. **O tema 183/TNU: de quem é a responsabilidade pelo empréstimo consignado indevido em benefício previdenciário?**
Julio Pinheiro Faro Homem de Siqueira 293
12. **Como enganar o "grande irmão"? A extinção de punibilidade nos crimes contra a ordem tributária a partir do prisma da hermenêutica criminológica**
Bruno Gadelha Xavier, Aloísio Krohling 309
13. **O sistema tributário e o primado da dominação**
Dorival Fagundes Cotrim 325
14. **Alienação de participações societárias – Isenção concedida pelo Decreto-lei 1.510/76 – Revogação pela Lei 7.713/88 – Manutenção do direito à isenção, atendidos os requisitos da norma isencional, mesmo que a alienação tenha ocorrido sob a égide da lei revogadora – Direito adquirido do contribuinte**
Ives Gandra da Silva Martins, Rogério Vidal Gandra Martins 379
15. **Reflexos da lei do porte de arma de fogo sobre a competência da Justiça Federal**
Aloísio Firmo Guimarães da Silva 393